



Demonstrações Financeiras

Porto Seguro Administradora
de Consórcios Ltda.

30 de Junho de 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores cotistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. e as correspondentes demonstrações financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao período de 30 de junho de 2025.

NOSSO DESEMPENHO

A Instituição administra grupos de consórcios visando à compra de bens duráveis.

Em 30 de junho de 2025, a Instituição administrava 436 grupos para a compra de automóveis e 333 grupos para a compra de imóveis.

- **Receitas de prestação de serviços**

As receitas de prestação de serviços de consórcio totalizaram em 2025 o montante de R\$ 645 milhões registrando um aumento de R\$ 138 milhões ou 21% em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Resultado do semestre/exercício e por cota**

O resultado totalizou em 2025 e 2024 R\$ 147 milhões. O lucro por cota foi de R\$ 4,98 em 2025 e 4,97 em 2024.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera

Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social

Metas:

- Investir R\$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
- Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
- Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

2. Estratégia Climática e Circularidade

Metas:

- Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como ano-base.
- Abastecer 100% da operação direta* com energia renovável (*por meio de autogeração e aquisição de certificados de energia renovável).
- Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

3. Produtos e Soluções Sustentáveis

Meta:

- Comercializar R\$ 13 bilhões em produtos com impacto socioambiental positivo.

4. Engajamento da Cadeia de Valor

Metas:

- Obter o Selo Pró-Ética em três empresas do Grupo.
- Monitorar 100% dos fornecedores e parceiros de negócios com base em critérios ASG.

A construção dessa estratégia foi pautada pela escuta ativa de "stakeholders", por uma análise de materialidade e pelo alinhamento das metas sustentáveis com as diretrizes e planejamento estratégico para o ciclo 2025–2030.

Guiada para “Cuidar do presente para regenerar o futuro”, Regenera nasce com o compromisso de reequilibrar, restaurar e transformar — indo além da preservação.

A implementação será conduzida em todas as operações do Grupo Porto, no Brasil e no Uruguai, com um plano contínuo de mobilização de colaboradores, parceiros e corretores. O objetivo é consolidar uma cultura organizacional orientada à responsabilidade e à regeneração, reconhecendo a urgência dos desafios atuais e atuando com consciência e compromisso em prol do futuro de impacto positivo e inclusivo.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ambiente econômico no início do terceiro trimestre mostra os efeitos da política comercial difusa dos EUA. A isto se soma um ambiente doméstico de desempenho ainda sustentado do PIB. A inflação elevada deverá ser atenuada à frente por conta da forte apreciação cambial deste ano, enquanto a incerteza fiscal manterá as expectativas de inflação acima da meta.

Antevemos reduções da taxa Selic a partir do primeiro trimestre de 2026, mas a ausência de forte desaceleração da atividade doméstica e manutenção das expectativas desancoradas limitam a magnitude do ciclo de corte.

Nos EUA, a Guerra Comercial e a política fiscal do novo governo são os principais determinantes da política econômica. O nível final das tarifas de importação, bem como quais parceiros comerciais serão os mais impactados está em aberto.

O segundo trimestre deixou clara a natureza pendular das negociações. Ainda assim, o nível médio das tarifas ficará substancialmente acima dos 2,5% observados em 2024, implicando em redistribuição de custos ao longo da cadeia de produção e consumo dos bens importados.

Há dúvidas consideráveis sobre como esta alteração de custos impactará o equilíbrio geral nos EUA. Por um lado, espera-se atividade mais fraca, o que parece referendado pelo menor ritmo de criação de vagas no setor privado de serviços. Por outro, a elevação de preços importados não significa imediatamente pressão inflacionária. Os índices de preços ao consumidor divulgados durante o segundo trimestre falharam em mostrar aceleração da inflação.

Nota-se que o diagnóstico não é de recessão, mas ainda assim o ambiente de menos crescimento e inflação permitirá ajuste gradual da taxa de política monetária norte-americana. Esta avaliação será testada caso (i) observe-se forte contração da atividade; (ii) a inflação acelere ou (iii) o ambiente fiscal desafiador se reflita em elevação dos prêmios de risco e impeçam cortes do FED.

A conjuntura doméstica mostra lenta desaceleração em algumas aberturas da atividade econômica, enquanto mercado de trabalho e renda seguem notadamente aquecidos.

Há forças conflitantes atuando sobre a atividade econômica no segundo semestre. Enquanto a política monetária restringe a demanda, a execução fiscal poderá impulsioná-la. O bom desempenho da atividade no começo do ano, junto ao comportamento dos indicadores de alta frequência sugerem crescimento do PIB de 2,5% em 2025.

Com PIB forte e mercado de trabalho aquecido, a inflação mais sensível ao ciclo segue pressionada. No entanto, a combinação de dólar global fraco (e consequente apreciação do BRL) junto a preços de commodities mais baixos beneficia a inflação dos itens comercializáveis do IPCA. Assim, a trajetória esperada da inflação para 2026 torna-se mais benigna e permitirá que o Banco Central reduza a taxa Selic a partir do primeiro trimestre do ano que vem.

Isto ocorre a despeito da posição fiscal delicada da economia brasileira. A trajetória projetada da dívida está em ascensão, com resultado nominal negativo e elevado juro pago sobre a dívida pública. Este tema terá de ser equacionado na segunda metade da década e possivelmente ajuda a manter as expectativas de inflação pressionadas.

Um fator relevante de volatilidade e incerteza é a evolução da relação comercial bilateral entre EUA e Brasil. Dada a característica de nossa pauta de exportação para os EUA e o peso relativamente pequeno das exportações no PIB, o acirramento da relação tende a ter impacto baixo a moderado na atividade. O efeito maior pode ser registrado no prêmio de risco doméstico e no câmbio, revertendo o benefício do dólar fraco sobre a inflação registrado até o momento.

Nota-se ainda que eventual retaliação e/ou escalada do conflito comercial levaria a um efeito relevantemente negativo para a atividade e alto para a inflação (dada a nossa pauta de importação).

Os principais riscos para a economia doméstica são: (i) rápida deterioração na atividade; (ii) piora na trajetória fiscal; (iii) deterioração comercial que impacte o prêmio de risco; (iv) fortalecimento do dólar global.

Dado o cenário prospectivo, o ambiente fiscal desafiador, as expectativas de inflação e os principais riscos para a economia doméstica, há um limitador para a magnitude do ciclo de queda da taxa Selic, que deverá permanecer acima do consistente com seu patamar nominal neutro.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de agosto de 2025.

À Administração.

DIRETORIA

Marcos Roberto Loução	Diretor Presidente
Celso Damadi	Diretor Vice-Presidente – Financeiro, Controladoria e Investimentos
Adriana Pereira Carvalho Simões	Diretora Jurídica e Riscos
Rafael Veneziani Kozma	Diretor de Controladoria
Nelson Santos Aguiar	Diretor de Negócios
Tiago Violin	Diretor de Negócios
Paulo Sérgio de Carvalho	Diretor
Adriano Arruda de Oliveira	Diretor
Carlos Eduardo Naegeli Gondim	Diretor

Daniele Gomes Yoshida
Contadora - CRC 1SP 255783/O-1



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

**Shape the future
with confidence**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Cotistas da
Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda.** (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2025 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2025 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Apresentação dos valores correspondentes do período anterior

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



**Shape the future
with confidence**

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de agosto de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O

Patricia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-SP198827/O

Ativo	Nota explicativa	Junho de 2025	Passivo	Nota explicativa	Junho de 2025
Disponibilidades		24.908	Instrumentos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	7	24.908	Ao Valor Justo por Meio do Resultado	8	388
Instrumentos financeiros			Instrumentos financeiros derivativos		388
Ao Valor Justo por Meio do Resultado		112.566	Ao Custo Amortizado	11	193.855
Títulos e valores mobiliários	8	112.082	Obrigações por empréstimos e repasses		193.855
Instrumentos financeiros derivativos		484			
			Outras obrigações		1.232.120
Outros créditos		1.837.272	Sociais e estatutárias		24.333
Despesas antecipadas	9.1	1.691.188	Fiscais e previdenciárias	12.1	26.608
Diversos	9.4	146.084	Taxa de adesão a diferir	12.2	229.314
			Provisão de pagamentos a efetuar	12.3	278.210
Outros valores e bens		285	Diversas	12.5	46.315
Ativos fiscais diferidos	9.2	78.734	Provisões para impostos e contribuições diferidas	13	575.618
Investimentos		190	Provisões judiciais	12.4	51.722
Imobilizado de uso		635			
Intangível	10	4.218			
Ativo de direito de uso		1.927	Patrimônio líquido	14	634.372
			Capital social	14 (a)	29.500
			Reservas de lucros	14 (b)	484.047
			Reservas de reavaliação		261
			Ajustes de avaliação patrimonial		(1.815)
			Lucros acumulados		122.379
Total do ativo		2.060.735	Total do passivo e do patrimônio líquido		2.060.735

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota Explicativa	Junho de 2025
Receitas da intermediação financeira		2.932
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.932
Despesas da intermediação financeira		(4.195)
Operações de captação no mercado		(3.101)
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(1.094)
Outras receitas/(despesas) operacionais		223.144
Receitas de prestação de serviços	15	644.616
Despesas de pessoal	16	(54.297)
Outras despesas administrativas	17	(268.589)
Despesas tributárias	18	(127.254)
Outras receitas operacionais	19	78.875
Outras despesas operacionais	20	(50.207)
Resultado antes dos impostos e participações nos lucros		221.881
Imposto de renda	9	(17.314)
Contribuição social	9	(5.935)
Ativo fiscal diferido	9	(46.992)
Participações nos lucros		(4.813)
Resultado do semestre		146.827
Resultado do semestre por cota básico e diluído	22	4,9772

	Junho de 2025
Resultado do semestre	146.827
Outros resultados abrangentes	(1.170)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do semestre:	
Ajustes de instrumentos financeiros	(789)
Efeitos tributários sobre ajustes de instrumentos financeiros	268
Ganhos e perdas atuariais	(984)
Efeitos tributários sobre resultado com ganhos e perdas atuariais	335
Total dos resultados abrangentes para o semestre, líquido de efeitos tributários	145.657

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

(em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total do patrimôni o líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2024		29.500	261	493.450	(645)	—	522.566
Adoção inicial da Resolução BCB nº 352/23 e Resolução CMN nº 4.975/21	2,1	—	—	—	—	(24.448)	(24.448)
Reconhecimento pagamento em ações	14(d)	—	—	1.749	—	—	1.749
Ações alienadas	14(d)	—	—	(11.152)	—	—	(11.152)
Ajustes de avaliação patrimonial		—	—	—	(1.170)	—	(1.170)
Resultado do semestre		—	—	—	—	146.827	146.827
Saldo em 30 de junho de 2025		29.500	261	484.047	(1.815)	122.379	634.372

	<u>Junho de 2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do semestre	146.827
Depreciações e amortizações	277
Resultado ajustado	147.104
Aumento/(redução) de ativos e passivos	(120.543)
Variação em títulos e valores mobiliários	(91.183)
Variação em outros créditos	(278.953)
Variação em obrigações por empréstimos e repasses	173.855
Variação em instrumentos financeiros derivativos	(96)
Variação em obrigações sociais e estatutárias	7.724
Variação em obrigações fiscais e previdenciárias	12
Variação em taxa de adesão a diferir	21.094
Variação em provisões para impostos diferidos	74.109
Variação em provisões judiciais	41.310
Variação em pagamentos a efetuar	(51.168)
Variação em diversas	(1.427)
Caixa consumido pelas operações	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.820)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	26.561
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Aplicações no imobilizado e intangível	(4.218)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(4.218)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	22.343
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	2.565
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	24.908

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Ativo	Nota explicativa	Junho de 2025	Passivo	Nota explicativa	Junho de 2025
Circulante		11.322.993	Circulante		11.322.992
Disponibilidades		4.665.175	Outras obrigações		11.322.992
Depósitos bancários		7.652	Obrigações com consorciados	3.7.3	4.818.649
Aplicações financeiras	3.7.1	4.657.523	Valores a repassar		124.518
Outros créditos		6.657.818	Obrigações por contemplações a entregar	3.7.4	4.117.333
Direitos com consorciados contemplados	3.7.2	6.657.818	Recursos a devolver a consorciados	3.7.5	1.666.873
			Recursos do grupo	3.7.6	595.619
Compensação		110.678.469	Compensação		110.678.470
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		317.166	Recursos mensais a receber de consorciados		317.166
Contribuições devidas ao grupo		56.452.111	Obrigações do grupo por contribuições		56.452.111
Valor dos bens a contemplar	3.7.7	53.909.192	Valores dos bens a contemplar	3.7.7	53.909.193
Total do ativo e contas de compensação		122.001.462	Total do passivo e contas de compensação		122.001.462

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(em milhares de reais)

	Junho de 2025
Disponibilidade inicial	4.100.157
Depósitos bancários	1.829
Aplicações financeiras do grupo	502.744
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	3.595.584
Recursos coletados	4.363.823
Contribuições para aquisição de bens	2.988.874
Taxa de administração	640.218
Contribuição ao fundo de reserva	30.196
Rendimentos de aplicações financeiras	193.200
Multas e juros moratórios	9.821
Prêmios de seguros	89.365
Custas judiciais	(1.882)
Outros	414.031
Recursos utilizados	(3.798.805)
Aquisição de bens	(2.569.595)
Taxa de administração	(646.805)
Multas e juros moratórios	(4.743)
Prêmios de seguros	(90.227)
Custas judiciais	(194)
Devolução a consorciados desligados	(139.648)
Outros	(347.593)
Disponibilidade final	4.665.175
Representada por:	
Depósitos bancários	7.652
Aplicações financeiras do grupo	533.672
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	4.123.851
Disponibilidade final	4.665.175

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. (“Instituição” ou “Administradora”), constituída em 2 de agosto de 1976 e regulamentada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 3 de julho de 1997, sediada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 – 1º andar, Campos Elíseos, São Paulo – SP, e tem como objetivo a administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis. A Instituição faz parte da Vertical Financeira, sendo uma controlada direta da Porto Negócios Financeiros.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil - COSIF, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando referendados pelo BACEN.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20, e Resolução BCB nº 352/23. Conforme o artigo 94 da Resolução BCB nº 352/23, a Instituição avaliou o impacto de adoção inicial para as perdas esperadas em contrapartida do Patrimônio Líquido detalhados na nota 3.2.3. A Administração optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, contudo, em algumas notas explicativas disponibilizamos os dados históricos de 01/01/2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Instituição. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 12 de agosto de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Instituição possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Instituição opera.

2.4 ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

Resolução CMN nº 5.185/24, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025: altera a Resolução nº 4.818/20, tornando obrigatória a divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, registradas como companhias abertas que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), onde a Instituição se enquadra.

Conforme faculta a Resolução CMN nº 5.185/24, a Instituição irá adotar o normativo somente quando este se tornar obrigatório, a partir do exercício de 2028.

Resolução BCB nº 352/23, aplicável a partir de 01 de janeiro 2025 – Operações de Hedge: a Resolução BCB nº 352/23 é adotada pela Instituição desde 01 de janeiro de 2025. Todavia, no tocante às operações de hedge, a Resolução estabelece que a reclassificação dessas operações para as novas categorias somente ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2027.

A Lei 14.467/22 altera as regras relacionadas à dedução das perdas incorridas no recebimento de crédito decorrente de atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, porém, ela não é aplicável às administradoras de consórcio que permanecerá adotando os critérios vigentes na Lei 9.430/96.

CPC 26 (IFRS 18) – APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

A principal alteração introduzida pela IFRS 18 é a forma como as entidades irão estruturar as suas respectivas demonstrações de resultados. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. O CPC está trabalhando na tradução e adaptação da IFRS 18 para o contexto brasileiro, com o objetivo de emitir um novo pronunciamento técnico que a incorpore ao sistema contábil nacional. Espera-se que a nova norma entre em vigor substituindo o CPC 26 (R1).

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. A Administração está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir:

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.2.1 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os modelos de negócios e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos, conforme a Resolução BCB 352/23:

Ativos financeiros ao custo amortizado (CA):

O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é receber os respectivos fluxos de caixa contratuais. Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas específicas.

Valor justo em outros resultados abrangentes (“VJORA”):

O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas específicas.

Valor justo no resultado (“VJR”):

Operações que sejam geridas dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja gerar retorno somente pela venda. Operações que não se enquadrem nas categorias anteriores ("categoria residual").

Para estes ativos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Instituição utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

Não houve alteração nas classificações dos níveis no período de 30 de junho de 2025.

3.2.2 TAXA DE JUROS EFETIVA

No contexto operacional da instituição, a receita da Instituição está diretamente relacionada à taxa de administração cobrada pelos serviços prestados na administração de grupos de consórcios. A taxa de administração de consórcios refere-se à remuneração pela gestão e administração dos grupos de consorciados, não estando vinculada ao financiamento de capital, ao contrário das taxas de juros. Portanto, a aplicação do conceito de taxa de juros efetiva trazido na Resolução BCB nº 352/23 não é pertinente ao modelo de negócios da Instituição.

3.2.3 PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS)

Em conformidade com a Resolução BCB 352/2023, a Instituição avaliou o risco de crédito dos participantes dos grupos de consórcio, incluindo aqueles contemplados, para determinar a necessidade de constituição de provisão para perdas sobre a taxa de administração e aportes de recursos com a finalidade de indenizar o grupo na ocorrência de eventuais prejuízos.

As perdas por imparidade são reconhecidas se, e somente se, existir evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos, como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos esse evento de perda tem um impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros previstos do ativo que podem ser estimados de forma confiável.

Adicionalmente e conforme disposto na referida Resolução - inciso II §4o do art. 1o, a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito não se aplica aos instrumentos financeiros classificados em valor justo no resultado e que sejam mensurados no nível 1 da hierarquia.

3.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

3.3.1 INSTRUMENTOS DE "HEDGE"

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

3.4 PROVISÕES JUDICIAIS. DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Instituição e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Instituição, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.5 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.5.1 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

As receitas de taxas de administração de consórcio de bens são reconhecidas conforme o regime de competência, devido ao cumprimento regulamentar da Resolução BCB nº 120/2021, que instituiu o CPC 47 – Receita de contrato com cliente às administradoras de consórcios.

3.5.2 RECEITA DE JUROS

Para instrumentos mensurados ao valor justo por meio do resultado, as variações no valor justo, incluindo os juros incorporados ao preço dos ativos, são reconhecidas diretamente no resultado do exercício. A mensuração desses instrumentos observa a hierarquia de valor justo sendo classificados no nível 1.

3.5.3 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo somente na data em que é aprovado pelos cotistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos cotistas.

3.6 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.7 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

3.7.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A Resolução 352/23 não se aplica à escrituração contábil dos grupos de consórcio pelas administradoras de consórcio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As aplicações em títulos e valores mobiliários são valorizados com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo para a data-base. Representam os recursos disponíveis, ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações do BACEN. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo. As aplicações financeiras dos grupos de consórcio são compostas exclusivamente por títulos e valores mobiliários, classificados e mensurados ao valor justo.

3.7.2 DIREITOS COM CONSORCIADOS CONTEMPLADOS

Registra os valores a receber a título de fundo comum e fundo de reserva dos consorciados já contemplados.

3.7.3 OBRIGAÇÕES COM CONSORCIADOS

Registra as obrigações com os consorciados em: (i) grupos em formação - valores recebidos antes da constituição formal do grupo, acrescido de rendimentos financeiros; (ii) contribuições de consorciados não contemplados - valores recebidos dos consorciados não contemplados para a aquisição de bens, a título de fundo comum, as quais são atualizadas pela valorização dos bens.

3.7.4 OBRIGAÇÕES POR CONTEMPLAÇÕES A ENTREGAR

São os valores relativos aos créditos a repassar aos consorciados pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das correspondentes remunerações das aplicações financeiras.

3.7.5 RECURSOS A DEVOLVER A CONSORCIADOS

Registra os valores dos recursos coletados a serem devolvidos a consorciados ativos por excessos de amortização; por ocasião do rateio para encerramento do grupo e aos consorciados desistentes ou excluídos; e pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzido das multas aplicadas.

3.7.6 RECURSOS DO GRUPO

Referem-se aos recursos recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos no grupo, multa rescisória retida, atualização de direitos perante consorciados contemplados, e atualização das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

3.7.7 VALOR DOS BENS A CONTEMPLAR

Registra o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens na data do balanço.

3.7.8 DESPESAS COM COMISSÃO

O diferimento da comissão ocorre para alinhar a despesa de comissão com a receita esperada das cotas de consórcio, utilizando indicadores que calculam a média de sobrevivência das cotas e o fluxo de recebimento das parcelas e deve ser realizado para todas as cotas vendidas.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

- do valor justo de ativos financeiros;
- das provisões e contingências para processos judiciais e
- perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

5. GESTÃO DE RISCOS

A Instituição, dados os negócios que atua, está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Instituição adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, a Instituição dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades.

É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Instituição para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e

- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, monitorar o apetite ao risco e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Em observância às regras do Banco Central do Brasil, a Instituição divulga o Relatório de gerenciamento de riscos e capital, denominado Relatório de Pilar 3, o qual descreve de maneira completa a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, assim como informações quantitativas. Este relatório encontra-se disponível no site da Porto Seguro (<https://ri.portoseguro.com.br/informacoes-aos-acionistas/conglomerado-prudencial/>).

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

Corresponde à possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras por parte do tomador, emissor ou contraparte nos termos pactuados nas operações de crédito.

Na Porto Consórcio, a inadimplência por parte dos consorciados (que ocorre principalmente após a contemplação), deve ser monitorada, dado que pode impactar a saúde financeira dos grupos.

Todas as operações que expõe o Conglomerado ao risco de crédito são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria. Tais processos e controles estão em linha com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações futuras.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores, o Conglomerado possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são:

- Limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez;
- Simulações de testes de estresse;
- Medidas potenciais para contingenciamento.

Os limites de gestão do risco de liquidez, definidos em política específica, são monitorados diariamente e reportados à Diretoria. Neste contexto, estão definidas medidas de contingência de liquidez para eventuais casos simulados de stress e de cenários adversos de liquidez.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias (“commodities”).

Todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de mercado são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores. Neste sentido, as operações são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme definição da Resolução BCB nº 111/2021 do BACEN e suas alterações posteriores.

A carteira de negociação é composta por operações realizadas com o objetivo de negociação (compra/revenda), assumidas para obtenção de ganhos com variações nos movimentos de preço ou destinadas a “hedge” de outros ativos livres da carteira de negociação. Por sua vez, a carteira bancária inclui as operações não classificadas na carteira de negociação ou com o objetivo de cobrir riscos (“hedge”) das operações de não-negociação, inclusive derivativos.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo “Risk and Control Self Assessment” - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Instituição, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os “Key Risk Indicators” - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

5.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos, pelo BCB nº 139, CMN nº 5.185, CVM nº 218/2024 e CVM nº 217/2024, e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Instituição, adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio

de sua governança nas participações, são implementado mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental — incluindo o uso excessivo de recursos naturais — e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Para lidar com esses riscos, a Instituição implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade — reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

6. GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.

A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico incluindo o fórum mensal denominado Comitê de Capital e Liquidez.

Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Junho de 2025
Equivalentes de caixa (*)	24.157
Depósitos bancários	751
	24.908

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) mensuradas ao valor justo.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS (VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO)

Valor Justo por Meio do Resultado	Junho de 2025
Fundos exclusivos	
LFTs	107.932
LTNs	4.150
	112.082

As receitas com títulos e valores mobiliários são reconhecidas na demonstração do resultado do período na rubrica “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”.

As cotas de fundos de investimentos avaliadas ao valor justo são classificadas como “Nível 1” na hierarquia de valor justo.

9. OUTROS CRÉDITOS

9.1 DESPESAS ANTECIPADAS

Em consonância com a Resolução BCB nº 120, aprovada em 27 de julho de 2021, as despesas com comissionamento e folha de pagamento estão reconhecidas pelo regime de competência, assim como as receitas refletem a contrapartida que se espera ter direito em troca da transferência de serviços para o cliente (vide nota explicativa nº 12.2).

9.2 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	Junho de 2025
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	43.795
Diferenças temporárias decorrentes de:	
Provisão para riscos de créditos	12.585
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	4.573
Provisão de participação de lucros	887
Outras provisões	16.894
	78.734

9.2.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Saldo a ser realizado em	31.704	38.279	7.143	92	83	1.433	78.734

9.3 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Junho de 2025
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	217.068
Alíquota vigente	34%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	(73.803)
Doações/ incentivos	370
Depósitos judiciais	14
Participação nos lucros - administradores	(1.100)
Outros	4.278
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	3.562
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	(70.241)
Taxa efetiva (D/-A)	32,4%

9.4 DIVERSOS

	Junho de 2025
Impostos a compensar	78.881
Aporte grupos (i)	29.102
Multas rescisórias (ii)	15.689
Taxa de administração e permanência	10.034
Adiantamentos administrativos	6.267
Depósitos judiciais	1.738
Partes relacionadas (iii)	237
Outros	4.136
	146.084

(i) Os saldos são substancialmente compostos pelos aportes temporários feitos a grupos de consórcio. Aumento gerado pela antecipação temporária de caixa aos grupos.

(ii) Refere-se à alteração no fluxo de provisão dos valores a receber de Grupos de consórcio à título de rescisão do contrato que se realizará no encerramento do grupo.

(iii) Vide nota explicativa nº 21.

10. INTANGÍVEL

		Junho de 2025		
	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	6,67 a 20,0	4.218	—	4.218
		4.218	—	4.218

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES (CUSTO AMORTIZADO) (i)

	Junho de 2025
Empréstimo em moeda estrangeira	172.502
Nota comercial	21.353
	193.855

(i) Os saldos de empréstimos e repasses têm vencimento no período de 4 a 12 meses.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

12.1 FISCAIS E PREVIDENCIARIAS

	Junho de 2025
PIS e COFINS	15.826
ISS	7.167
INSS	1.880
Imposto de renda e contribuição social	1.667
Outros	68
	26.608

12.2 TAXA DE ADESÃO A DIFERIR

Em consonância com a Resolução BCB nº 120 aprovada em 27 de julho de 2021, as receitas de taxa de administração antecipada dos grupos de consórcios estão registradas pelo regime de competência.

	Junho de 2025
Saldo inicial	208.220
Constituição	48.580
Apropriação resultado	(27.486)
Saldo final	229.314

12.3 PROVISÃO DE PAGAMENTOS A EFETUAR

	Junho de 2025
Comissão a pagar	231.387
Contas a pagar	23.815
Partes relacionadas (i)	18.213
Arrendamentos	2.350
Provisão de benefícios a empregados	882
Outros	1.563
	278.210

(i) Vide nota explicativa nº21.

12.4 PROVISÕES JUDICIAIS

12.4.1 PROVÁVEIS

A Instituição é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. As movimentações estão demonstradas a seguir:

	Junho de 2025
Fiscais	38.269
Cíveis	8.657
Trabalhistas	4.796
	51.722

12.4.3 POSSÍVEIS

A Instituição é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Junho de 2025
Fiscais	3.290
Cíveis	3.100
Trabalhistas	903
	7.293

12.5 DIVERSAS

	Junho de 2025
Aportes (i)	34.960
Recursos não procurados (ii)	8.334
Outros	3.021
	46.315

(i) Refere-se à alteração no fluxo de provisão de aportes de recursos com a finalidade de indenizar o grupo de consórcio em eventuais prejuízos.

(ii) Referem-se a recursos disponíveis aos clientes de grupos encerrados.

13. PROVISÕES PARA IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDAS

	Junho de 2025
IR e CS sobre diferido do CPC 47	456.743
Pis e Cofins Diferidos	118.511
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	132
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	66
Outros	166
	575.618

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social de R\$ 29.500 é representado por 29.500.000 cotas, totalmente subscrito e integralizado.

(b) RESERVAS DE LUCROS

A reserva de lucros é constituída e tem como finalidade preservar a integridade do patrimônio líquido, evitando a descapitalização resultante da distribuição de lucros não realizados.

(c) DIVIDENDOS

De acordo com o contrato social, são assegurados aos cotistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Instituição e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Instituição, como parte de sua remuneração. Este Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"). Os direitos já outorgados permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Instituição e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários, em que a totalidade das ações entregues a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2024, sendo a totalidade das ações entregues aos beneficiários a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2023 e término previsto para 2025, sendo que 50% das ações transferidas a cada ciclo está sujeita a um período de restrição de 2 (dois) anos contados da transferência das ações; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 4 (quatro) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2025, a totalidade das ações transferidas aos beneficiários está sujeita a um período de restrição de 6 (seis) meses.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Porto e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Instituição. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas, dentre as quais se inclui a Instituição.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto Seguro S.A. mantidas em tesouraria. Conforme alteração do Plano, aprovada pela assembleia geral realizada em 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto Seguro S.A., ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

15. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Refere-se substancialmente à receita com taxa de administração dos grupos de consórcio em andamento.

16. DESPESAS PESSOAL

	Junho de 2025
Salários e encargos	(26.069)
Comissões de funcionários	(20.455)
Benefícios	(7.361)
Outros	(412)
	<u>(54.297)</u>

17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Junho de 2025
Comissões	(161.257)
Custo corporativo	(46.482)
Serviços de terceiros	(36.047)
Processamento de dados	(15.548)
Localização e funcionamento	(2.610)
Outros	(6.645)
	(268.589)

18. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Junho de 2025
PIS e COFINS	(92.698)
ISS	(33.972)
Outros	(584)
	(127.254)

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Junho de 2025
Seguro prestamista	30.730
Juros sobre parcela em atraso	29.436
Atualização monetária - depósitos judiciais	11.615
Taxa de permanência - grupos encerrados	4.179
Provisão aportes	1.118
Outros	1.797
	78.875

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Junho de 2025
Aportes	(12.451)
Despesas financeiras	(14.034)
Serviços de Cobrança	(6.474)
Contratos de Alienação	(8.085)
Meio de pagamento	(8.654)
Outras	(509)
	(50.207)

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Seguro prestamista com a Porto Cia;
- (ii) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e headcount entre elas;
- (iii) Serviços de “Call Center” contratados da Porto Atendimento;
- (iv) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Asset Management e Porto Gestora
- (v) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde;
- (vi) Serviços de intermediação, administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros pela Crediporto; e
- (vii) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo	Passivo
	Junho de 2025	Junho de 2025
Crediporto	155	26
Porto Capitalização	35	—
Porto Vida e Previdência	25	—
Portopar	22	—
Porto Cia	—	17.044
Portoseg	—	1.143
	237	18.213

	Receitas	Despesas
	Junho de 2025	Junho de 2025
Porto Cia	30.730	(65.510)
Crediporto	466	(69.047)
Porto Capitalização	114	—
Porto Vida e Previdência	107	—
Portopar	67	—
Porto Seguro Gestora de Recursos	—	(2.652)
Porto Atendimento	—	(13.609)
Porto Saúde	—	(1.842)
Portoseg	—	(5.893)
	31.484	(158.553)

21.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

Transações com pessoal-chave da administração referem-se a participações nos lucros, honorários e encargos de diretoria, no montante de R\$ (4.784) em 30 de junho de 2025.

22. RESULTADO POR COTA

O resultado por cota básico da Instituição é calculado pela divisão do lucro/prejuízo atribuível aos cotistas pela média ponderada da quantidade de cotas emitidas durante o período.

A Instituição não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em cotas próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou anti dilutivo sobre o lucro/prejuízo por cota do período. Dessa forma, o lucro/prejuízo por cota básico que foi apurado para o período é igual ao lucro/prejuízo por cota diluído, demonstrado a seguir:

	Junho de 2025
Lucro atribuível aos cotistas da Instituição	146.827
Média ponderada do número de cotas durante o semestre	29.500
Resultado por cota básico e diluído	4,9772

23. RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIO

	Junho de 2025		
	Autos nacionais	Pesados nacionais	Imóveis
Quantidade de grupos administrados	436	35	333
Quantidade de consorciados ativos	172.148	14.371	192.975
Quantidade de consorciados quitados	22.406	630	29.351
Quantidade de consorciados desligados	105.036	9.577	181.971
Quantidade de consorciados contemplados	156.330	5.436	129.322
Quantidade de bens entregues no exercício	10.603	498	3.355
Quantidade de bens a entregar	117.807	11.000	150.749
Quantidade de assembleias a realizar	19.042	3.074	45.829
Taxa de inadimplência	0,1068	0,1097	0,0896

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

24.1 RESULTADO NÃO RECORRENTE

Não houve no exercício, resultados não recorrentes com necessidade de divulgação de forma segregada.

24.2 COMITÊ DE AUDITORIA

Com base nos trabalhos desenvolvidos, o Comitê de Auditoria recomendou aos respectivos órgãos sociais, por unanimidade, a autorização para emissão e/ ou aprovação destas demonstrações financeiras em conjunto com as demonstrações financeiras de 30 de junho 2025 da Portoseg S.A., líder do Conglomerado Prudencial. A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as sociedades do Conglomerado Prudencial, sendo exercida a partir da Portoseg S.A.. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 12 de agosto de 2025 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.
